JOÃO VICTOR DA COSTA ALECRIM
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

EDITORA

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

EDUCAÇÃO FÍSICA

Da Teoria à Empiria

JOÃO VICTOR DA COSTA ALECRIM
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Al1 ALECRIM, João Victor da Costa; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Educação Física: Da Teoria à Empiria. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-977111-5-4

1 -Brasil. 2 - Educação. 3 - Educação Física. 4 - Esporte. 5 - Estudos de Caso
I - Título. II - Alecrim, João Victor da Costa. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema *double-blind-review*.

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 6

Repensar a Educação Física: A Urgência de uma Perspectiva Decolonial na América Latina

REPENSAR A EDUCAÇÃO FÍSICA: A URGÊNCIA DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Jesica Fernanda Esquivel[1]

A Educação Física, como campo de conhecimento e prática pedagógica, encontra-se em um momento de inflexão crucial na América Latina. Historicamente, a disciplina construiu-se sob a influência de paradigmas forâneos, principalmente aqueles provenientes do norte global, que impuseram uma visão eurocêntrica do corpo, do movimento e do ensino. Essa influência, longe de ser neutra, é um resultado direto dos processos históricos de conquista e dominação, perpetuando o que Aníbal Quijano (2005) denomina a "colonialidade do poder e do saber".

É imperativo, portanto, iniciar um processo radical de desprendimento (MIGNOLO, 2003) para que a Educação Física possa recuperar a riqueza de saberes e práticas corporais próprias de nossos povos originários. Este artigo propõe uma análise crítica sobre a trajetória da disciplina na região, argumentando que uma releitura profunda é necessária para que ela se enraíze em nossas realidades sociais e culturais. O objetivo é transitar em direção a uma disciplina mais pertinente, inclusiva e libertadora para todos os estudantes.

A tese central que orienta este trabalho é que a descolonização da Educação Física implica, necessariamente, uma mudança paradigmática que desafie a hegemonia curricular do

[1] Especialista em Gestão Educativa pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Licenciada em Atividade Física e Esporte. E-mail para contato: jfe04@hotmail.com

esporte moderno, incorpore a interculturalidade crítica e utilize a interseccionalidade como lente pedagógica para abordar as múltiplas dimensões da exclusão (gênero, raça e deficiência). Para tanto, este escrito estrutura-se em um referencial teórico que define os pilares decoloniais e interseccionais, uma metodologia de revisão crítica e uma discussão que apresenta os eixos de transformação para a práxis profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo constitui-se a partir de uma revisão crítica da literatura pertinente, com o propósito de estabelecer os pilares conceituais que sustentam a urgência de decolonizar a Educação Física no contexto latino-americano. Abordam-se teorias e perspectivas que permitem contextualizar historicamente a disciplina e definir conceitos-chave para um enfoque situado, inclusivo e interseccional.

A colonialidade do saber na Educação Física

A história da Educação Física na América Latina esteve profundamente marcada pela imposição de paradigmas hegemônicos. Esses modelos, enraizados em epistemologias do norte global, configuraram uma visão eurocêntrica do corporal, relegando e, em muitos casos, invisibilizando as ricas práticas corporais e os saberes de nossos povos originários e afrodescendentes.

O conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) é aqui fundamental ao explicar como a dominação ultrapassa o âmbito

político, penetrando as formas de saber, o controle da subjetividade e as relações sociais. Na Educação Física, isso se traduziu na hegemonia da tríade esporte-ginástica-atletismo de matriz europeia como conteúdos centrais e hierarquicamente superiores. Essa hierarquia opera como um dispositivo de reprodução da colonialidade, ao privilegiar certos cânones corporais e metodologias padronizadas em detrimento de expressões culturais e motoras autóctones, como os jogos motores ancestrais ou as danças rituais andinas, que são relegadas a um estatuto folclórico e superficial.

Como sustenta Walter Mignolo (2003), é imperativo iniciar um processo de desprendimento dessas narrativas hegemônicas para construir um pensamento próprio e uma identidade disciplinar enraizada nas realidades da região. A pertinência da Educação Física contemporânea, portanto, não pode nascer da adoção acrítica de modelos externos, mas sim de um olhar crítico e situado que promova a pluriversalidade dos conhecimentos e o reconhecimento das corporalidades não eurocêntricas.

A interseccionalidade como lente crítica na prática pedagógica

A decolonização da disciplina requer o uso da interseccionalidade como lente para a prática pedagógica. Kimberlé Crenshaw (1989) convida-nos a reconhecer que as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência não operam de forma isolada, mas se sobrepõem e se agravam mutuamente na experiência dos estudantes.

Na Educação Física, isso se traduz na necessidade de questionar como o currículo e as metodologias podem perpetuar as desigualdades. A socióloga Mara Viveros Vigoya (2018) destaca

como a sexualidade e a raça são produzidas socialmente, gerando profundas disparidades. Por exemplo, o componente curricular frequentemente reproduz o binarismo de gênero e papéis preestabelecidos, limitando a participação de mulheres, dissidências e homens que não correspondem ao estereótipo hegemônico de "corpo atlético". Da mesma forma, a discriminação étnico-racial manifesta-se na invisibilização das corporalidades e saberes das comunidades originárias e afrodescendentes.

A partir de uma perspectiva decolonial e inclusiva, a deficiência deve deixar de ser concebida sob o modelo médico-reabilitador (como um déficit individual) para converter-se em um pilar de uma Educação Física voltada para a diversidade. Isso implica reconhecer que as barreiras são sociais e contextuais, não inerentes ao indivíduo, promovendo oportunidades de valor equivalente para todos os estudantes (MUÑOZ-HINRICHSEN *et al*., 2019). Essa abordagem crítica e interseccional é uma ferramenta potente para a justiça social em nossas salas de aula, fundamental para o pleno exercício da cidadania.

METODOLOGIA

Este capítulo fundamenta-se em uma metodologia de revisão narrativa e análise crítica da literatura, com foco na perspectiva decolonial aplicada à Educação Física na América Latina. O estudo é de natureza qualitativa e exploratória, buscando desvelar as implicações dos paradigmas hegemônicos e propor caminhos para uma disciplina mais enraizada nos saberes próprios da região.

A coleta de informações baseou-se na consulta de bibliografia especializada e produção acadêmica latino-americana que aborda a decolonialidade do saber (Quijano, Mignolo), a

pedagogia crítica (Freire) e a teoria interseccional (Crenshaw, Viveros Vigoya) no campo específico da Educação Física e dos Estudos Corporais. Foram consultadas bases de dados e repositórios acadêmicos (como SciELO e Redalyc) para garantir a pertinência contextual das fontes. A análise foi realizada por meio de um processo de interpretação crítica, identificando padrões, contradições e argumentos que sustentam a necessidade de decolonizar as práticas e o currículo. Trata-se de um trabalho de reflexão teórica que não envolveu coleta de dados primários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Eixos de transformação para a práxis decolonial

A análise crítica confirma que a persistência de paradigmas hegemônicos tem gerado uma profunda invisibilização dos saberes próprios de nossos povos. A releitura da Educação Física a partir de uma perspectiva decolonial desponta como um imperativo para resgatar a riqueza do autóctone. A seguir, discutem-se os cinco eixos de transformação que devem nortear a práxis profissional.

Revalorização de saberes autóctones e desafio à hegemonia curricular

A colonialidade do saber manifesta-se de forma mais evidente na hegemonia da tríade esporte-ginástica-atletismo. Para descolonizar o currículo, é urgente revalorizar os jogos motores ancestrais, as práticas corporais populares e as danças rituais das

comunidades latino-americanas. Estes não devem ser abordados como mero folclore, mas sim como conteúdos pedagógicos de valor equivalente aos esportes canônicos. Isso implica o reconhecimento da pluriversalidade do movimento, rompendo com o eurocentrismo corporal que dita quais corpos e quais movimentos são válidos ou eficientes.

Educação interseccional e o desmantelamento de disparidades

A Educação Física deve utilizar a interseccionalidade como ferramenta para desarticular as desigualdades na sala de aula. Isso exige uma desconstrução ativa dos papéis preestabelecidos de gênero, etnia/raça e deficiência. Nós, educadores, devemos questionar as dinâmicas de exclusão geradas na seleção de equipes, na avaliação de habilidades e no uso da linguagem. Ao abordar as práticas, é fundamental incluir autores e referências da literatura afrodescendente ou de povos originários para restaurar a visibilidade desses grupos, promovendo espaços em que todas as corporalidades e identidades sejam valorizadas e respeitadas (CRENSHAW, 1989; VIVEROS VIGOYA, 2018).

Currículo crítico situado e a pertinência contextual

Um currículo descolonizado é intrinsecamente situado. Isso significa questionar o "porquê" e o "para quê" daquilo que se ensina, adaptando as propostas pedagógicas às realidades culturais, sociais e ambientais específicas de cada comunidade. O currículo deve ser uma ferramenta de diálogo que parta dos saberes dos estudantes para, a partir daí, propor novas perspectivas. Trata-se de um ato de

soberania pedagógica em oposição à imposição de modelos padronizados e universais.

Práxis libertadora e conscientizadora

Seguindo o pensamento de Paulo Freire (1987), a Educação Física decolonizada deve constituir-se como uma práxis libertadora e conscientizadora. Não se trata apenas de transmitir informações ou habilidades motoras, mas de desafiar os estudantes a refletir criticamente sobre o próprio corpo, seu ambiente e seu papel na sociedade. O movimento converte-se em um ato de autonomia e dignidade, uma ferramenta para a transformação social que rompe com estruturas perpetuadoras da subalternidade.

Construção coletiva e diálogo de saberes

Por fim, a descolonização é um processo coletivo e dialógico. Demanda a criação de redes de colaboração profissional e a abertura ao diálogo de saberes entre educadores, famílias e comunidades locais e latino-americanas. Somente por meio da escuta atenta e da coconstrução é possível gerar um conhecimento pedagógico enraizado em nossas latitudes, rompendo com a lógica individualista e hierárquica do conhecimento imposto.

As limitações deste estudo residem em sua natureza teórica e reflexiva, o que implica que suas propostas requerem validação por meio de investigações empíricas em contextos educativos específicos da América Latina. Pesquisas futuras poderão explorar estudos de caso sobre a implementação de currículos decoloniais na Educação Física escolar, a fim de gerar um conhecimento ainda mais situado e aplicável.

CONCLUSÃO

A análise do presente capítulo demonstrou a imperiosa necessidade de decolonizar a Educação Física na América Latina, confrontando os paradigmas hegemônicos que invisibilizaram saberes e práticas corporais próprias. O aprofundamento na perspectiva decolonial e na lente interseccional forneceu uma estrutura de pensamento indispensável para a construção de uma Educação Física mais contextualizada e comprometida com a justiça social.

Como resultado desta reflexão, foram propostos cinco princípios fundamentais para uma práxis decolonizada. Esses eixos buscam orientar um compromisso profissional que respeite a diversidade cultural, combata a discriminação e promova uma inclusão genuína. Dessa forma, contribuiremos para uma Educação Física mais relevante e significativa para nossos povos, em que o direito e a cidadania sejam exercidos a partir do movimento e da valorização de todas as corporalidades.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ley n. 26.206, de 27 de diciembre de 2006**. Buenos Aires: Ministerio de Educación, 2006. Disponible en: <www.bnm.me.gov.ar>. Acceso en: 12/07/2026.

ARGENTINA. **Marco de organización para la enseñanza de la EF escolar en Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Educación, 2019. Disponible en: <www.bnm.me.gov.ar>. Acceso en: 12/07/2026.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Illinois: University of Chicago Legal Forum, n. 1, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MUÑOZ-HINRICHSEN, F. I. *et al*. "Análisis de la investigación sobre la inclusión de estudiantes con discapacidad en clases de educación física: Una revisión de la literatura". **Retos**, n. 35, 2019.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do poder**: Eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

URUGUAY. **Ley n. 18213, de 12 de diciembre de 2007**. Montevideo: Ministerio de Educación, 2007. Disponible en: <wwwimpo.com.uy>. Acceso en: 12/07/2026.

URUGUAY. **Ley n. 18437, de 19 de enero de 2009**. Montevideo: Ministerio de Educación, 2007. Disponible en: <wwwimpo.com.uy>. Acceso en: 12/07/2026.

VIVEROS VIGOYA, M. "The sexual and racial production of social inequalities: Intersectional perspectives from Latin America". *In*: NASH, J. C. (ed.). **The Routledge handbook of intersectionality**. London: Routledge, 2018.